

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO CONTÁBIL E DA GESTÃO FISCAL



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Cadastro Único - CADUN

Histórico de Responsáveis

Unidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO
CNPJ: 01.067.149/0001-50

Gestor

Nome: JOAO PAULO FERNANDES COSTA **CPF:** 862.382.721-04

Data Início: 01/01/2021 **Data Fim:** -

Nome: PAULO SERGIO TORRES FERNANDES **CPF:** 421.301.075-91

Data Início: 01/01/2017 **Data Fim:** 31/12/2020

Nome: PAULO SERGIO TORRES FERNANDES **CPF:** 421.301.075-91

Data Início: 01/01/2013 **Data Fim:** 31/12/2016

Nome: NATACILIO CURCINO RIBEIRO **CPF:** 359.467.411-87

Data Início: 01/01/2009 **Data Fim:** 31/12/2012

Nome: NEWTON CELIO GUEDES FERNANDES **CPF:** 307.845.571-87

Data Início: 01/01/2005 **Data Fim:** 31/12/2008

Controle Interno

Nome: GABRIELA MELO DE MIRANDA **CPF:** 020.458.361-69

Data Início: 01/01/2021 **Data Fim:** -

Nome: LUCIOLLA DI PAULLA FARIAS DE ALENCAR
BITTENCOURT **CPF:** 892.230.471-53

Data Início: 08/07/2020 **Data Fim:** 31/12/2020

Nome: PAMELLA DE CASTRO OLIVEIRA MORETTI **CPF:** 728.325.681-49

Data Início: 09/01/2020 **Data Fim:** 07/07/2020

Nome: LUCIOLLA DI PAULLA FARIAS DE ALENCAR
BITTENCOURT **CPF:** 892.230.471-53

Data Início: 12/05/2016 **Data Fim:** 08/01/2020

Nome: SIMARA MIRANDA SOUZA **CPF:** 907.602.981-49

Data Início: 01/02/2016 **Data Fim:** 11/05/2016

Controle Interno

Nome: PAMELLA DE CASTRO OLIVEIRA MORETTI	CPF: 728.325.681-49
Data Início: 10/06/2015	Data Fim: 31/01/2016

Nome: LUCIOLLA DI PAULLA FARIAS DE ALENCAR BITTENCOURT	CPF: 892.230.471-53
Data Início: 01/01/2013	Data Fim: 09/06/2015

Nome: JORENY MAGALHAES COSTA	CPF: 001.681.721-43
Data Início: 02/01/2009	Data Fim: 31/12/2012

Nome: JOSE DA COSTA DIAS	CPF: 287.586.921-34
Data Início: 03/03/2008	Data Fim: 31/12/2008

Nome: SEBASTIAO FILHO GUEDES SOARES	CPF: 377.539.161-49
Data Início: 01/01/2008	Data Fim: 30/03/2008

Contador

Nome: DIEGO HENRIQUE PIRES OLIVEIRA COSTA CASTRO	CPF: 001.594.191-40
Data Início: 02/01/2013	Data Fim: -

Nome: LUIZ CARLOS DE SOUZA	CPF: 114.720.571-04
Data Início: 02/01/2009	Data Fim: 30/01/2009

Nome: REJANE MARINHO SOUZA MARTINS	CPF: 812.056.191-00
Data Início: 01/01/2009	Data Fim: 01/01/2013

Nome: ANTONIO SILVA VALENTE	CPF: 085.867.301-06
Data Início: 01/01/1997	Data Fim: 31/12/2008

Responsável R.H.

Nome: LEILIANE GUEDES DE SOUSA	CPF: 039.701.561-57
Data Início: 24/01/2022	Data Fim: -

Nome: PAMELLA DE CASTRO OLIVEIRA MORETTI	CPF: 728.325.681-49
Data Início: 04/01/2021	Data Fim: 23/01/2022

Nome: ARIOLANDO BARBOSA DE OLIVEIRA	CPF: 324.455.711-20
Data Início: 12/01/2015	Data Fim: 31/12/2020

Responsável R.H.

Nome: JOAO VIEIRA DE ARAUJO FILHO

CPF: 022.463.061-08

Data Início: 04/02/2013

Data Fim: 11/01/2015

Nome: ARIOLANDO BARBOSA DE OLIVEIRA

CPF: 324.455.711-20

Data Início: 01/01/2013

Data Fim: 04/01/2013

Nome: SALVADOR GUEDES FERNANDES

CPF: 219.603.801-68

Data Início: 01/03/2012

Data Fim: 31/12/2012

Nome: ADENUSIA SALES DA SILVA

CPF: 001.132.381-77

Data Início: 01/01/2009

Data Fim: 29/02/2012

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP
ACOMPANHAMENTO DO PRAZO DAS REMESSAS

Município: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO TOCANTINS

Exercício: 2021

Poder Executivo

1. REMESSA DAS INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO AO SICAP.

Foram remetidas as informações referentes ao exercício de 2021, conforme cronograma previsto na Instrução Normativa TCE/TO nº 07, de 16.12.2009 e portarias regulamentares:

Período	Prazo da Remessa	Data do Envio	Status
Orçamento	01/01/2021 - 23/04/2021	17/04/2021	No Prazo
1º Bimestre	01/03/2021 - 23/04/2021	23/04/2021	No Prazo
2º Bimestre	01/05/2021 - 31/05/2021	31/05/2021	No Prazo
3º Bimestre	01/07/2021 - 01/08/2021	26/07/2021	No Prazo
4º Bimestre	01/09/2021 - 30/09/2021	01/10/2021	No Prazo
5º Bimestre	01/11/2021 - 30/11/2021	29/11/2021	No Prazo
6º Bimestre	01/01/2022 - 14/02/2022	11/02/2022	No Prazo
7ª Remessa	01/02/2022 - 31/03/2022	01/04/2022	No Prazo
8ª Remessa	15/03/2022 - 18/04/2022	14/04/2022	No Prazo

13/08/2022 13:08:41



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP/CONTÁBIL

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO TOCANTINS - TO

Sr(a): JOAO PAULO FERNANDES COSTA - Gestor (a)

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal - Exercício de 2021

Informação nº RGF.11705607B6/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO TOCANTINS, sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, nos termos da Constituição Federal, art. 71, Constituição do Estado, arts. 32 e 33 e arts. 97 e 98 da Lei Estadual 1284/2001, encaminhou para exame, por meio informatizado os dados relativos ao Relatório de Gestão Fiscal do Exercício de 2021, em atendimento ao prescrito na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e na Instrução Normativa TCE/TO nº 011/2012.

ANÁLISE:

Na análise dos dados informados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO TOCANTINS ressalta-se o seguinte:

1. PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

O art. 55, inciso III, § 2º da LRF, determina que os relatórios de Gestão Fiscal deverão ser publicados quadrimestralmente e disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder. É facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar por divulgar, semestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal.

Deve ser observado o disposto no § 2º do art. 55, e as sanções referidas no § 3º do art. 55, c/c o § 2º do art. 51, da LC nº 101/2000, em caso da não publicidade do relatório.

Os Relatórios de Gestão Fiscal referente ao exercício de 2021 foram publicados nos prazos abaixo:

Período	Prazo estabelecido no art. 55, III, § 2 da LC nº 101/2000	Data Publicação	Status
1º Semestre	30/07/2021	20/07/2021	No prazo
2º Semestre	14/02/2022	20/01/2022	No prazo

2. DESPESAS COM PESSOAL

A LRF determina limite legal de gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). De acordo com a Lei, a despesa com pessoal não pode ultrapassar 60% da RCL, assim distribuídos: 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo.

1º Semestre

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (R\$)	LIMITE MÁXIMO DE 54% (R\$)	LIMITE PRUDENCIAL 51,3% (R\$)	LIMITE DE ALERTA 48,6% (R\$)	DESPESA COM PESSOAL REALIZADA (R\$)	%
16.087.013,09	8.462.287,57	8.686.987,07	8.252.637,72	16.087.013,09	%

A despesa com pessoal foi de R\$ 16.087.013,09, correspondendo a % da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento) da RCL que cabe ao Poder Executivo, fixado no art. 20, III, 'b' da L.C. nº 101/2000.

2º Semestre

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (R\$)	LIMITE MÁXIMO DE 54% (R\$)	LIMITE PRUDENCIAL 51,3% (R\$)	LIMITE DE ALERTA 48,6% (R\$)	DESPESA COM PESSOAL REALIZADA (R\$)	%
17.268.007,53	8.482.732,71	9.324.724,07	8.858.487,86	17.268.007,53	%

A despesa com pessoal foi de R\$ 17.268.007,53, correspondendo a % da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento) da RCL que cabe ao Poder Executivo, fixado no art. 20, III, 'b' da L.C. nº 101/2000.

3. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - Art. 29, incisos I e II, § 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 3º inciso II da Resolução 40/2001 do Senado Federal

Visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelo município, como também controlar os limites de endividamento de que trata a LRF, ou seja, respeitar a relação entre dívida e sua capacidade de pagamento. O limite estabelecido para os municípios, é de 1,2 vezes à Receita Corrente Líquida - RCL, fixado no art. 3º, inc. II, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal-L.C. nº 101/2000, art. 59, inc. II e IV e § 1º III.

1º Semestre

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 1.2 VEZES A RCL	MONTANTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA NO PERÍODO
16.087.013,09	19.304.415,71	0,00

Não Houve Dívida Consolidada no Período Fiscal em referência.

2º Semestre

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 1.2 VEZES A RCL	MONTANTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA NO PERÍODO
17.268.007,53	20.721.609,04	0,00

Não Houve Dívida Consolidada no Período Fiscal em referência.

4. GARANTIA - Art. 40, § 1º, da L.C. nº 101/2000 - Exercício 2021

As garantias são compreendidas por adimplências de obrigações financeiras ou contratuais. As contra-garantias poderão constituir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas. Não houve concessão de garantias no período em referência.

CONCLUSÃO:

Considerando que os dados do Relatório de Gestão Fiscal referente ao exercício de 2021 e dos demais dados demonstrados, foram informados pelo Poder Executivo do Município de Conceição do Tocantins sendo considerados de veracidade ideológica presumida.

Considerando que os dados informados não foram auditados por este Tribunal, para fins de confirmação dos valores, com base na documentação de suporte e nos registros contábeis respectivos, o que poderá ser feito quando do exame das contas anuais do exercício financeiro correspondente ou a qualquer tempo diante da ocorrência de fatos supervenientes que recomende esta providência.

Ante o exposto a Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal emite a presente informação que demonstra dados do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao exercício de 2021 do Poder Executivo do Município de Conceição do Tocantins

Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal, aos 13 dia(s) do mês de Agosto de 2021.



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP/CONTÁBIL

Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO TOCANTINS - TO

Sr(a): DRAWLAS CLAYMONT RIBEIRO DA SILVA - Gestor (a)

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal - Exercício de 2021

Informação nº RGF.21705607B6/2021

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO TOCANTINS, sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, nos termos da Constituição Federal, art. 71, Constituição do Estado, arts. 32 e 33 e arts. 97 e 98 da Lei Estadual 1284/2001, encaminhou para exame, por meio informatizado os dados relativos ao Relatório de Gestão Fiscal do Exercício de 2021, em atendimento ao prescrito na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e na Instrução Normativa TCE/TO nº 011/2012.

ANÁLISE:

Na análise dos dados informados pela CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO TOCANTINS ressalta-se o seguinte:

1. PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

O art. 55, inciso III, § 2º da LRF, determina que os relatórios de Gestão Fiscal deverão ser publicados quadrimestralmente e disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder. É facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar por divulgar, semestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal.

Deve ser observado o disposto no § 2º do art. 55, e as sanções referidas no § 3º do art. 55, c/c o § 2º do art. 51, da LC nº 101/2000, em caso da não publicidade do relatório.

Os Relatórios de Gestão Fiscal referente ao exercício de 2021 foram publicados nos prazos abaixo:

Período	Prazo estabelecido no art. 55, III, § 2 da LC nº 101/2000	Data Publicação	Status
1º Semestre	30/07/2021	20/07/2021	No prazo
2º Semestre	14/02/2022	20/01/2022	No prazo

2. DESPESAS COM PESSOAL

A LRF determina limite legal de gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). De acordo com a Lei, a despesa com pessoal não pode ultrapassar 60% da RCL, assim distribuídos: 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo.

1º Semestre

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (R\$)	LIMITE MÁXIMO DE 6% (R\$)	LIMITE PRUDENCIAL 5,7% (R\$)	LIMITE DE ALERTA 5,4% (R\$)	DESPESA COM PESSOAL REALIZADA (R\$)	%
16.087.013,09	461.020,70	965.220,79	916.959,75	16.087.013,09	%

A despesa com pessoal foi de R\$ 16.087.013,09, correspondendo a % da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 6% (seis por cento) da RCL que cabe ao Poder Legislativo, fixado no art. 20, III, 'a' da L.C. nº 101/2000.

2º Semestre

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (R\$)	LIMITE MÁXIMO DE 6% (R\$)	LIMITE PRUDENCIAL 5,7% (R\$)	LIMITE DE ALERTA 5,4% (R\$)	DESPESA COM PESSOAL REALIZADA (R\$)	%
17.268.007,53	504.810,47	1.036.080,45	984.276,43	17.268.007,53	%

A despesa com pessoal foi de R\$ 17.268.007,53, correspondendo a % da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 6% (seis por cento) da RCL que cabe ao Poder Legislativo, fixado no art. 20, III, 'a' da L.C. nº 101/2000.

CONCLUSÃO:

Considerando que os dados do Relatório de Gestão Fiscal referente ao exercício de 2021 e dos demais dados demonstrados, foram informados pelo Poder Legislativo do Município de Conceição do Tocantins sendo considerados de veracidade ideológica presumida.

Considerando que os dados informados não foram auditados por este Tribunal, para fins de confirmação dos valores, com base na documentação de suporte e nos registros contábeis respectivos, o que poderá ser feito quando do exame das contas anuais do exercício financeiro correspondente ou a qualquer tempo diante da ocorrência de fatos supervenientes que recomende esta providência.

Ante o exposto a Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal emite a presente informação que demonstra dados do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao exercício de 2021 do Poder Legislativo do Município de Conceição do Tocantins

Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal, aos 13 dia(s) do mês de Agosto de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO TOCANTINS
Relação entre a Despesa Corrente e Receitas Correntes
Relação entre a Despesa Corrente e Receitas Correntes

6º BIMESTRE DE 2021

TIPO	RELAÇÃO RECEITAS E DESPESAS (Últimos 12 Meses)									
	1/2021	2/2021	3/2021	4/2021	5/2021	6/2021	7/2021	8/2021	9/2021	10/2021
Receitas	8.129.608,47	12.435.980,69	8.588.888,62	8.378.898,68	10.012.620,43	9.042.717,71	14.373.908,47	11.550.431,88	8.922.519,56	12.435.980,69
Despesas	3.169.910,01	1.786.145,66	1.951.110,64	1.144.742,78	940.358,22	1.282.314,88	1.049.243,80	1.047.554,83	855.739,07	1.786.145,66



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP
Lista Anual de Alertas
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO TOCANTINS
Exercício de 2021

Nenhum alerta foi gerado durante o exercício de 2021.